

IMPACTOS DAS ATIVIDADES URBANAS NO RIACHO PAJEÚ, EM FORTALEZA, CEARÁ. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E AMBIENTAL.

Fernanda Oliveira Cavalcante Demes¹; Francisco Suetônio Bastos Mota²

Resumo – Este trabalho faz uma abordagem sobre a ocupação da bacia hidrográfica do Riacho Pajeú, em Fortaleza, Ceará, mostrando a degradação ocorrida na área como consequência do mau uso do solo, apesar da existência de vários Planos Diretores (o último datado do ano de 2009) e de outros fatores relacionados à evolução histórica da cidade. Partindo da origem e formação da cidade, tenta-se mostrar como o Riacho Pajeú sofreu os mais diversos tipos de impactos relacionados ao processo urbanístico. O desenvolvimento e o crescimento acelerado da cidade levaram o Riacho Pajeú a crises existenciais, históricas e culturais das mais diversas.

Palavras-chave: meio ambiente, impactos ambientais, riacho Pajeú; ocupação urbana.

Abstract – This work makes an approach about the occupation of the Pajeú Creek watershed, in Fortaleza, Ceará, showing the degradation of the area as consequence of the unhealthy use of the soil, albeit the existence of several development plans (the last one dated from the year 2009) and other factors related to the historical evolution of the city. Starting from the origin and formation of the city, it is attempted to show how the Pajeú Creek has suffered several types of impacts related to the urban process. The development and accelerated growth of the city have led Pajeú Creek to several historical, cultural and existential crises.

Keywords: environment, environmental impacts, creek Pajeú; urban occupation.

* Endereço para correspondência: Rua Isaac Meyer, nº. 20, 60160-200, Meireles, Fortaleza- CE – Tel.: (85) 3252 1501, e-mail:fernandademes@gmail.com

¹ Geóloga pela UNIFOR. Especialista em Gestão de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente em Bacias Hidrográficas.

² Engenheiro Civil e Sanitarista. Doutor em Saúde Ambiental. Professor Titular do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará.

INTRODUÇÃO

A evolução dos diferentes aspectos da história urbana resgata a trajetória de um curso d'água que, da nascente à foz, é testemunha da história de Fortaleza. Partindo da origem e formação da cidade, tenta-se mostrar como o Riacho Pajeú sofreu os mais diversos tipos de impactos relacionados ao processo urbanístico.

O peso das secas consecutivas no estado do Ceará, principalmente a de 1951, segundo Theóphilo (1922), repercutiu no processo de aceleração da urbanização de Fortaleza. A partir desta constatação, observa-se também que o crescimento urbano de Fortaleza decorreu da problemática vivenciada pela economia regional, segundo Girão (1979), uma das principais “o ciclo do algodão”.

A especulação imobiliária também foi responsável pelo uso desordenado do solo, ocupando, de maneira um tanto quanto capitalista, com certa usura, todos os espaços, desencadeando a miséria urbana e hídrica desta cidade.

A expansão de Fortaleza desenvolveu a miserabilidade urbana, expressa, principalmente, em dois fatores importantes: a deficiência de saneamento básico e o fator educação ambiental associado a questões culturais da população, que começou, a partir de então e até aos dias atuais, a jogar lixo, dejetos, esgoto e outros detritos nos recursos hídricos da cidade, produzindo uma forma ecologicamente não equilibrada quanto à disponibilidade dos recursos naturais.

A preservação da paisagem natural das margens do curso d'água do Riacho Pajeú, quando este ainda se chamava Marajaik (rio das palmeiras) e corria solto entre os catolés sofreu progressivas alterações, contribuindo também para o assoreamento e o estrangulamento não só do Riacho Pajeú, mas de toda a rede hídrica de Fortaleza. Esse processo compromete a drenagem nas bacias urbanas, promovendo uma das principais vulnerabilidades ambientais – as inundações.

LOCALIZAÇÃO

O Riacho Pajeú está localizado na Bacia Vertente Marítima e Orla, juntamente com o Lago da Cidade da Criança, sendo os principais elementos macrodrenantes na Sub-bacia A-3, segundo o Inventário Ambiental de Fortaleza, de novembro de 2003.

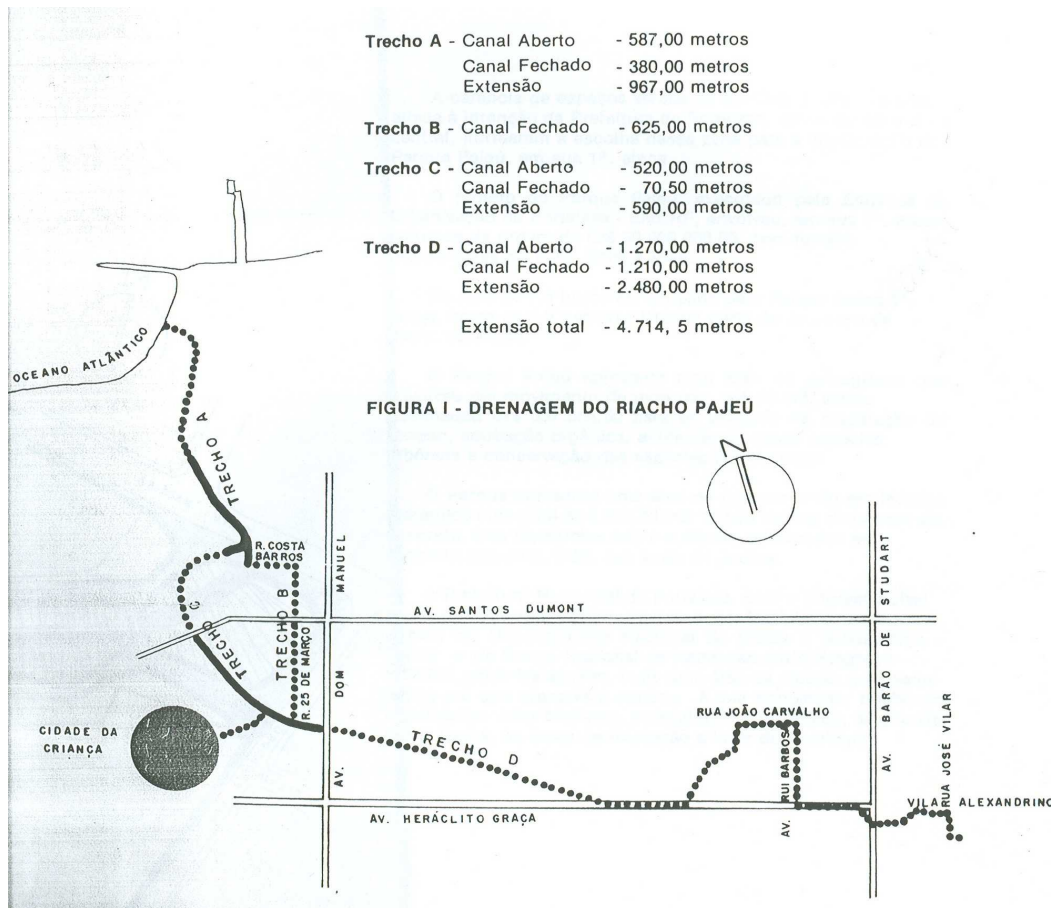
Sua nascente, hoje aterrada para implantação de edifícios sobre o leito natural, situa-se no quarteirão formado pelas ruas Silvia Paulet, José Vilar, Bárbara de Alencar e Dona Alexandrina. Com cerca de 5 km de extensão, corre em galerias, canal a céu aberto e, pequenos trechos em leito natural, desaguando na Praia Formosa (Figura 1).

RECURSOS HÍDRICOS

A bacia Vertente Marítima se estende ao longo do litoral de Fortaleza, entre a foz dos rios Ceará e Cocó, sendo a única das quatro bacias hidrográficas de Fortaleza que está totalmente inserida no município. Nesta bacia predominam os pequenos riachos que, anteriormente, escoavam em direção ao oceano. A Vertente Marítima possui uma extensão territorial de 23,6 km² e tem como principais riachos o Pajeú, Jacarecanga, Maceió e Corrente.

Os riachos Pajeú e Jacarecanga são marcos na história de Fortaleza. Atualmente, trechos desses riachos encontram-se canalizados ou foram transformados em galerias subterrâneas.

Figura 1 – Planta de Localização do Riacho Pajeú. Fortaleza, Ceará.



Fonte: Parque Pajeú / Administração Lúcio Alcântara / SUPLAM / EMURF / SUMOV – 1981

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado a partir de consultas bibliográficas e de visitas de campo, para constatar a evolução e a realidade atual do Riacho Pajeú.

As fontes que possibilitaram a execução deste trabalho formaram uma tipologia bastante variada: bibliografia; documentos oficiais, como relatórios, leis, planos urbanísticos; alguns depoimentos colhidos em publicações de jornais locais, pela chamada “Lembranças Históricas”. A reconstituição do processo de formação histórica de Fortaleza foi enriquecida por meio da consulta às obras dos viajantes estrangeiros, que por Fortaleza passaram.

Ainda, foram consultadas Revistas do Instituto do Ceará, principalmente para cobrir o período de formação e expansão de Fortaleza. Os jornais O Povo, Diário do Nordeste e jornal O Estado também foram de primordial importância para a compreensão da temática urbana.

As Atas da Câmara Municipal de Fortaleza forneceram uma valiosa análise do tema. Por meio delas observam-se as posições assumidas pelas lideranças políticas atuantes na época.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO RIACHO PAJEÚ

Para estabelecer um ponto de partida para avaliação do impacto da ocupação desordenada no meio urbano e paisagístico da cidade de Fortaleza é necessário compreender e identificar o quanto foi e é importante o peso das secas e do fluxo migratório que se dá do interior para capital (THEÓPHILO, 1922).

Esse fluxo migratório afetou e repercutiu no processo de aceleração da urbanização de Fortaleza. Tornou-se necessária a implantação dos serviços de infraestrutura urbana decisivos para a sua expansão. O crescimento contínuo das favelas dentro de um espaço diferenciado também influenciou no processo de urbanização. As diretrizes, os planos diretores e as decisões atinentes à expansão urbana constituíram, sim, um monopólio de quem estava no poder.

A partir dessas constatações que têm íntimas relações com o capitalismo, observou-se que o crescimento urbano de Fortaleza decorreu da problemática na economia regional. Tal situação impossibilitava absorver a mão de obra oriunda do interior pela própria instabilidade econômica vivenciada na época.

A implantação das melhorias urbanas em Fortaleza atendia a um percentual restrito da população de melhor poder aquisitivo, influenciada pela especulação imobiliária que a tudo destruía sem respeitar normas e leis vigentes, criando uma realidade dura na questão da moradia e das áreas verdes – mansões versus favelas, bem caracterizado na tese de doutorado de Gisafran Nazareno Mota Jucá (JUCÁ, 2000).

A expansão de Fortaleza e a sua modernização desencadearam a miserabilidade urbana expressa pela mendicância (GIRÃO, 1979), abandono das praças, ocupação indevida das margens dos recursos hídricos, provocando a sua degradação e sua posterior ocupação com a construção de prédios, ruas e avenidas. O Riacho Pajeú foi aterrado e canalizado em galerias subterrâneas e, principalmente, desviado do seu curso natural, tudo em nome do progresso e da modernidade.

Apesar das melhorias aparentes nas condições de vida e no embelezamento da cidade, a pobreza em todos os sentidos, principalmente a pobreza cultural, ambiental e hídrica, continuou a representar um elemento constante no panorama da cidade.

EVOLUÇÃO URBANA E HISTÓRICA DAS OCUPAÇÕES

Datam de 1808 as iniciativas pioneiras para conferir um rosto ordenado de Fortaleza, com o arrumador Manoel Ferreira da Silva estabelecendo os parâmetros para orientar o desenvolvimento de uma vila que não ocultava o sonho de ser uma cidade, apesar da realidade mostrada pelo inglês Henry Koster, em 1810, que a descrevia da seguinte maneira, “edificada em meio das Areias, em forma de quadrado, com quatro ruas partindo da praça”, tendo ainda, “uma longa rua que segue direção paralela ao lado setentrional da praça”. (PMF, Fortaleza Evolução Urbana, 1603 – 1979).

A primeira medida efetiva para modificar essa paisagem foi empreendida em 1812, cabendo ao tenente coronel Antônio José da Silva Paulet, português descendente de franceses, conhecedor do que havia de mais recomendado na Europa em matéria de urbanismo, a tarefa de estabelecer uma planta que permitisse um plano adequado para as edificações pretendidas (PMF, Síntese Histórica, 1944).

Paulet projetou a cidade em formato de xadrez, mas o boticário Antônio Rodrigues Ferreira foi o responsável por mover as peças que garantiram a implantação, cumprindo seu papel na presidência da Câmara entre 1843 e 1859.

A Paulet seguiu-se Adolfo Herbster, engenheiro pernambucano responsável por três plantas de Fortaleza – em 1859, 1875 e 1888 – a cada uma delas expandindo ruas, avenidas, praças e boulevards, alargando as fronteiras autoimpostas da cidade e iniciando um processo de descentralização que pressentia inadiável.

O século XX trouxe mais um plano para a cidade, proposto pelo engenheiro Nestor Egídio de Figueiredo, a convite do prefeito Raimundo Girão. Alegadas motivações econômicas fizeram com que a câmara barrasse o andamento desse projeto, em 1935, deixando Fortaleza por 12 anos na espera, até meados de 1947, quando conheceu um novo plano de urbanização.

O engenheiro, arquiteto e urbanista José Otacílio Sabóya Ribeiro, partiu do princípio que o chamado “ciclo Paulet-Herbster” não mais atendia ao crescimento da capital, que havia alargado “em todas as direções, para muito além do velho e perfeito levantamento”. Ainda apenas em parte, muitas de suas recomendações foram implementadas com resultados positivos.

Depois de Sabóya Ribeiro, a capital foi apresentada ao minucioso plano diretor do urbanista Hélio Modesto. Apesar de aprovado pela Lei 2.128, de 20 de março de 1963, que seguiu o mesmo destino daquele proposto por Nestor de Figueiredo nos anos 1930, e não chegou a ser executado.

De lá aos dias de hoje, a cidade deixou de lado os planos com assinatura individual e passou a conviver com projetos coletivos, como a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – Aumef, que atuou entre 1975 e 1991, objetivando, entre outros propósitos, responder pelo plano diretor da capital, ou o Planefor, movimento que reuniu empresários, universidades e lideranças comunitárias no sentido de pensar Fortaleza integrada à Região Metropolitana.

A ocupação urbana na cidade de Fortaleza iniciou-se a partir do Século XVII. A seguir, apresenta-se uma cronologia dessa história, com dados obtidos do Inventário Ambiental de Fortaleza / Diagnóstico / novembro / 2003.

SÉCULO XVII

1603: Na Barra do Ceará, o português Pero Coelho de Souza funda o Fortim de São Tiago;

1612: O português Martim Afonso Soares Moreno ergue o Forte de São Sebastião, nas ruínas do antigo Fortim;

1649: Às margens do rio Pajeú, Matias Beck ergue o Forte Schoonenborch;

1654: Holandeses, que haviam aportado em 1649 na praia do Mucuripe, são expulsos pelos portugueses que se estabelecem nas margens do Pajeú.

SÉCULO XVIII

1726: O “núcleo de Fortaleza” eleva-se à Vila de Nossa Senhora da Assunção;

1799: Fortaleza, já desmembrada da Capitania de Pernambuco, passa a exportar algodão.

SÉCULO XIX

1812: Surgem as primeiras normas de organização do espaço urbano, elaborados pelo engenheiro Silva Paulet, que propõe traçado de ocupação em forma xadrez. Quatro anos mais tarde, a primeira notação iconográfica que apresentava, por extenso, o curso do rio Pajeú é elaborada pelo citado engenheiro;

1823: A Vila de Nossa Sra da Assunção é elevada a categoria de cidade;

1834/1837: o açude Pajeú é construído, como uma pequena barragem destinada a abastecer a cidade;

1857: Transformações urbana: pavimentação urbana, abertura de vias e implantação de trilhos de bondes;

1859: Adolfo Herbster elabora a “Planta Exacta da Capital do Ceará”, que dispõe de novos elementos, como o levantamento do sistema ecológico. Consta-se que a cidade ainda não ultrapassava os limites do Riacho Pajeú;

1863: Fortaleza conta com apenas seis praças: Gal. Tibúrcio (Carolina), José de Alencar (do Patrocínio), Castro Carreira (Amélia), do Ferreira (Municipal), cidade da Criança (Boa Vista) e Praça da Faculdade de Direito (Praça Nova). A População estimada, neste ano, é de 16.000 habitantes;

1866/1873: “Surto” de urbanização: funcionamento do sistema de canalização da água (1867), criação de linhas de navios para a Europa, e da primeira linha de trem;

1875: Herbster elabora planta da cidade, introduzindo avenidas que circundam o espaço urbano habitado;

1880/1926: São implantadas as estradas de ferro ligando as cidades do interior (em ordem cronológica: Baturité, Quixadá, Iguatu, Crateús, Crato e Sobral). O porto Poço da Draga é reformado. Fortaleza torna-se o principal centro exportador de algodão do Estado.

1888: Surge a favela no Arraial Moura Brasil.

SÉCULO XX

Início do século. O Riacho Pajeú sofre grande intervenção: concessionária inglesa, responsável pelos novos serviços de geração e distribuição de energia elétrica na cidade, utiliza a foz do rio para a implantação de uma usina termoeletrica;

1900/1930: Novas transformações urbanísticas: alinhamento de edificações, alargamento e pavimentação de vias, em função da chegada do automóvel e dos bondes elétricos. A população estimada, em 1920, é de 78.000 habitantes;

1931: Raimundo Girão, então secretário da prefeitura, orienta a elaboração de código urbano, com o intuito de controlar as ocupações, com certas preocupações ecológicas e paisagísticas;

1933: O urbanista Nestor de Figueiredo elabora um Plano Viário, onde propunha a implantação de um sistema rádio-concêntrico de vias principais. A proposta não obteve apoio do Conselho Municipal;

1947: Apresentada a primeira proposta viária efetiva no município, executada pelo engenheiro Sabóya Ribeiro, que preserva com avenidas, os leitos dos riachos Pajeú, Jacarecanga e Tauape. A proposta delimita também, áreas de parques, preservando as margens do riacho Maceió. É o primeiro plano com destaque real para as áreas verdes. Apesar de aprovado, não foi colocado em prática neste período;

1948: Sabóya Ribeiro apresenta projeto de Plano Diretor, priorizando a divisão e nomenclatura dos bairros, sistema de transportes e avenidas e espaços livres;

1962/1963: Aprovado o Plano Diretor de Hélio Modesto, o primeiro a apresentar uma abordagem integrada, cujas proposições abrangem aspectos econômicos, sociais e administrativos. O Plano, como o indicado em 1947 e 1948, projetava avenidas parques ao longo do leito dos riachos Pajeú, Jacarecanga a Aguanambi. É construído trecho da Avenida Beira-Mar. A cidade volta-se para o mar;

1964: Golpe Militar. A política administrativa centraliza-se. São criados órgãos como o BNH (Banco Nacional de Habitação) e o SERFHAU (Serviços Federal de Habitação e Urbanismo);

1972: É elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza, constituído também pelos municípios de Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. O plano dá enfoque apenas à questões viárias e habitacionais. No ano seguinte, são Instituídas as Regiões

Metropolitanas no país;

1975: Desenvolvimento do Plano Diretor Físico do município (Lei 4486), dando enfoque ao sistema viário (acentua o esquema rádio-concêntrico). Merece destaque, no entanto, o enfoque às questões ambientais, como as Zonas Especiais, vinculadas à proteção de áreas verdes, paisagísticas e turísticas, buscando a preservação dos recursos hídricos e a vegetação em seu entorno;

1979/1983: Início das várias leis e propostas vinculadas aos recursos hídricos do município. Implantação dos Parques Urbanos Opaia, Cocó e Beira-Mar – trecho compreendendo a Volta da Jurema e o Iate Clube;

1992: Elaborado novo Plano Diretor, que analisa a cidade, dividindo-a, em três macrozonas: zonas urbanizadas, adensável e de transição;

2002: Revisão e atualização da Legislação Urbanística do município;

2009: Último Plano Diretor aprovado em março de 2009. Para os especialistas, sem a regulamentação desse Plano Diretor, não se pode fazer muito pela cidade. É o que pensa a ambientalista e administradora Maria Júlia Linhares. “O Plano Diretor é um norteador de fundamental importância na expansão do espaço urbano em concomitância com o local onde está situado”.

PROJETOS, PLANOS, INTERVENÇÕES E TENTATIVAS DE RELACIONAMENTO ENTRE O RIACHO PAJEÚ E A CIDADE DE FORTALEZA

Todo levantamento desenvolvido neste item teve como base fundamental os documentos escritos pelo arquiteto e professor José Liberal de Castro em Castro, 1977.

Pequenos rios que cruzam e dão origem a cidades, e, muitas vezes, modeladores do núcleo urbano inicial, possuem destinos estranhos, normalmente sendo devorados com a expansão urbana. Uma vez desequilibrada a escala do curso de água com relação à malha urbana, viram-se canalizados, aterrados, desprezados e até extintos.

Este é o caso do Riacho Pajeú, na cidade de Fortaleza, não muito diferente do ocorrido em outras cidades do Brasil e do mundo.

O Pajeú foi um dos fatores determinantes da localização e da expansão da Cidade. E não apenas porque poderia fornecer água doce durante todo o ano para consumo dos poucos habitantes, mas, principalmente, por ter condições de abastecer os raros navios que visitavam o povoado e para fazer a aguada.

O Pajeú nasce nas terras da Aldeota, até desaguar no Atlântico, com foz aberta. Um pouco antes da primeira mudança de direção, à altura da Rua Pinto Madeira, foi interceptado por uma pequena barragem de alvenaria que formava o açude Pajeú, obra da primeira administração do Senador Alencar (1834/1837) destinado a abastecer a Cidade. Vinte anos depois o Riacho sofre nova intervenção, colaborar na implantação de um porto de há muito solicitado pela população que ansiavam por modernização. Sir John Hawkshaw, engenheiro inglês, tentou organizar uma bacia de atracação de barco por meio de um molhe de pedras, ainda hoje remanescente. O pequeno porto, que não chegou propriamente funcionar, veio posteriormente a receber o nome de “Poço da Draga”.

O Riacho foi útil por tais intervenções e permanentemente necessário à Cidade durante longo tempo. No começo do século XX, o Pajeú interferiu, porém, negativamente no espaço urbano de Fortaleza. É que os ingleses da Ceará Tramways, Light, Power & Company Limited, concessionária dos novos serviços de geração e distribuição de energia elétrica na Cidade, indicavam a foz do Riacho como a melhor área para implantação de uma usina termoelétrica. A área para ser implantada a usina reunia todas as condições favoráveis, portanto, a sua utilização destruiu parte do logradouro do Passeio Público.

Segundo alguns arquitetos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a forma mais objetiva de se apreciar o relacionamento entre rios e cidades ao longo do tempo procede, sem dúvida, da cartografia urbana.

O primeiro mapa a dar notícia do Pajeú é o do Mathias Beck, datado de 1649. O Riacho ainda era conhecido por Marajaik, isto é, o “rio das Palmeiras”. Somente depois viria a chamar-se Pajeú, “o rio do Pajé”.

A primeira notação iconográfica a assinalar por extenso o curso do Riacho é a “Planta da Vila da Fortaleza e seu Porto”, datada de 1818 e elaborada pelo Tenente-Coronel Antônio José da Silva Paulet, que a fez incluir como encarte, na “Carta Capitânia do Ceará”.

A planta também assinala um dos dois afluentes que o Riacho teve, hoje desaparecidos. Um dos afluentes descia por entre as atuais Ruas Pedro I e Duque de Caxias, nascendo nas proximidades da Praça do Carmo. Desaguava numa lagoa dita Lagoa do Garrote, a qual se ligava ao Pajeú, a qual, urbanizada, se transformou em Parque da Liberdade, e, logo depois, em Cidade da Criança.

O outro afluente do Pajeú servia de escoadouro, a Lagoinha. Como a Lagoinha foi aterrada, desapareceu o riacho que dela nascia.

Indicações precisas das relações do Riacho com a cidade podem ser observadas nas plantas organizadas por Adolfo Herbster. A primeira, cuja área estudada não chega a corresponder ao atual centro urbano, data de 1859 e foi a primeira “planta exacta” da cidade. A segunda, elaborada em 1875, mostrava a Fortaleza em fase de desenvolvimento (teria então quarenta e poucos mil habitantes), pelo que propunha um plano de expansão urbana posteriormente aceito. Nesta planta o Riacho aparece já cortado por várias ruas, abertas ou por abrir, ainda que com o vale não ocupado.

A cidade vem a conhecer nova carta em 1932. Nessa, exceto num ou noutro ponto, o Riacho corre livre, com as margens ainda recobertas por capinzais.

A recente expansão caótica da cidade de Fortaleza agravou-se na década de noventa, a comprometer as margens do Pajeú e o próprio curso do Riacho, que vez por outra se rebela por ocasião das grandes cheias, alagando trechos da cidade.

O plano urbanístico elaborado pelo urbanista Sabóya Ribeiro, em 1947, propunha a preservação total das margens do Riacho, da nascente à foz. O Plano Hélio Modesto, preparado em 1962, já se conformava com a triste realidade, sugerindo a preservação de apenas alguns trechos do Pajeú.

Já a administração Vicente Fialho garantiu a desobstrução do trajeto final do Riacho, da Avenida Neponuceno ao mar, embora não conseguindo oferecer um tratamento mais recomendável de suas margens.

A administração Lúcio Alcântara, no ano de 1981, tentou, com êxito, recuperar longo trecho do Riacho, exatamente aquele que mais problemas trazia à cidade por ocasião das chuvas. Decidiu enfrentar o problema de forma ampla, não se limitando apenas às obras hidráulicas. Procurou realizar a integração do Riacho com a paisagem, envolvendo-o com um parque, onde se ressalta o traçado do Riacho e a beleza da natureza em toda a sua simplicidade, recuperando um pouco da sua biodiversidade.

A Figura 2 mostra um trecho do Riacho canalizado e revitalizado na administração municipal de Lúcio Alcântara, dentro do Plano de Metas, em 1981, compondo o Parque Pajeú. Vê-se a integração do Riacho com a paisagem. As margens descaracterizadas pela ausência de matas ciliares e nativas substituídas por uma vegetação de porte mais elevado, com espécies exóticas adaptadas.

O Parque Pajeú foi construído na administração de Lúcio Alcântara, dentro do Plano de Metas Governamentais – PLAMEG Fortaleza, 1979 a 1983, como um dos objetivos principais de humanizar a cidade de Fortaleza, por meio da preservação e proteção de suas áreas de grande

potencial histórico, ecológico e paisagístico, tentando dessa maneira evitar a degradação ambiental que tanto prejuízo causa a vida do homem na cidade.

Figura 2 – Parque Pajeú, localizado entre a Av. Dom Manoel e a Rua 25 de março. Fortaleza-CE.



Fonte: Arquivo Bezerra, 2007.

CONCLUSÕES

A temática desta pesquisa envolveu diferentes aspectos da história urbana de Fortaleza, partindo da origem da Cidade junto ao Riacho Pajeú e a formação de alguns bairros da Cidade de Fortaleza.

A situação se agrava quando se caminha pela cidade, ao constatar-se o desastre ecológico ao lado do social. Em todos os locais analisados, constatou-se o desinteresse da cidade frente ao recurso hídrico. A fragilidade dos sistemas, dos projetos e dos planos diretores onde se constata o abandono de objetivos ambientais diante das metas de crescimento econômico e populacional, mostrando a instabilidade econômica, local e rural provocada pelo êxodo rural.

Este trabalho constitui um referencial para compreensão do processo urbanístico, apresentando instrumentos para reflexão sobre a injusta e excludente história dos grandes rios e riachos que deram origem a quase todas as cidades do Brasil e que hoje estão abandonados, relegados ao esquecimento, sem, muitas vezes, estarem contidos nos planos urbanísticos da cidade, diferentemente dos rios europeus, onde se percebeu uma outra visão cultural do mundo.

O tempo é implacável e o responsável pelas mudanças. O maior desafio é reinventar as mudanças necessárias que o povo deseja e que as futuras gerações receberão das atuais. Criar condições para as novas ideias, como, por exemplo: revitalizar o Riacho Pajeú e devolvê-lo à cidade com o mais absoluto respeito ao equilíbrio ecológico, o qual mantém o conjunto da vida.

Esta pesquisa não passou, na verdade, de um mergulho na reflexão de que nos próximos anos todos terão que entender aonde se quer ir e de que maneira queremos viver.

FONTES E REFERÊNCIAS

Pesquisas em Jornais O POVO, Diário do Nordeste e jornal O Estado.

Atas da Câmara Municipal de Fortaleza – Instituto do Ceará, manuscritas. Atas 1841 – 1870, CM-XI a XIII; 5v.

Fortaleza Câmara Municipal – arquivo da CMF; atas 1952 – 1960; atas resumidas, 1948, 1949, 1954, 1955/56/57, 1960.

Almanaque do Estado do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

Fortaleza, evolução urbana (1603 – 1979). Fortaleza; PMF, 1979.

Síntese histórica, Fortaleza: PMF, 1944.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). Fortaleza, ontem e hoje. Pesquisa ilustrada. Fortaleza: PMF, Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza.1991.

ADERALDO, Mozart Soriano. História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a cidade amada. Fortaleza: Edições UFC, 1993.

CASTRO, José Liberal de. Apresentação. Introdução: a cidade. In: PREFEITURA Municipal de Fortaleza. A administração Lúcio Alcântara. Mar.79/maio. Fortaleza: Grafisa, 1982.

CASTRO, José Liberal, Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza . Fortaleza: Editora UFC,1977.

DEMES, Fernanda Oliveira Cavalcante, Impactos Físicos, Históricos, Culturais e Paisagísticos das Atividades Urbanas no Riacho Pajeú, em Fortaleza, Ceará. Fortaleza: UFC, 2010.

GIRÃO, Raimundo, Geografia estética de Fortaleza. Fortaleza: BNB, 1979.

JUCA, Gisafran Nazareno Mota. Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945 – 1960); Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

_____, Inventário Ambiental de Fortaleza – Diagnóstico Versão Final. Prefeitura Municipal de Fortaleza/ Semam/ Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Novembro/ 2003.

THEOPHILO, Rodolpho. Secas do Ceará: segunda metade do Século XIX. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.